Tortura é perpetuada dentro do sistema de segurança brasileiro.

Cássio leonardo

Ainda que sejam incertos números e situações do período ditatorial, trata-se de um fato histórico já reconhecido: naquele tempo, a suspensão de direitos civis básicos foi regra, como é característico dos regimes de exceção. Enquanto o país espera pela reconstrução da história daquele período, contando, para isso, com a criação da Comissão da Verdade, há quem, nas ruas, conclame por um novo golpe de estado. Enquanto a devastação ultrapassa o tempo e permanece nos corpos que foram submetidos ao estupro, naqueles que sofreram torturas, nos desaparecidos e na dor que permanece em seus familiares, a "marcha da família com Deus pela liberdade" é reeditada, com um número expressivamente menor do que naquele de 1964. Quando, nas Jornadas de Junho de 2013 jovens manifestantes e até jornalistas se escandalizaram com a truculência policial, havia quem declarasse que não existia nenhuma novidade naquela conduta, a única surpresa era que essa violência foi vista no asfalto, não no morro, não nas periferias, nas comunidades apartadas.

Depois dos Amarildos, das Cláudias, das histórias da Maré, do pânico em Belém, das desastrosas operações que vitimam camelos em São Paulo e de várias outras manchetes de jornais pipocarem na imprensa, uma pergunta se fez necessária: afinal, alguma herança da Ditadura Militar viceja nos aparatos de segurança do Estado na contemporaneidade?

Em quase oito horas de entrevistas gravadas, três personagens foram ouvidos pelos repórteres: Heloísa Greco, militante de esquerda que luta pelo fim da Polícia Militar; Moíses Augusto, que pesquisa há 20 anos a violência de Estado; e Major Gilmar; Chefe da Casa de Imprensa da Polícia Militar de Minas Gerais. Através dessas três perspectivas é que se construiram respostas, por vezes antagônicas, para a pergunta que fez emergir esta reportagem.

Ela pode passar a ideia de fragilidade, somente a ideia

Dentro da sala com paredes inteiras ocupadas por cartazes que nitidamente simbolizam a luta da esquerda, a militante mineira Heloísa Greco - filha da primeira vereadora eleita na capital mineira e fundadora do movimento feminino pela anistia em Minas Gerais, Helena Greco - nos recebeu para uma conversa sobre a herança que a ditadura deixou dentro da instituição da Polícia Militar de Minas Gerais.

Heloísa, ou Bizoca como é conhecida em Belo Horizonte, entrou na militância ainda na juventude, logo que ingressou na faculdade. Ela participou do Movimento Feminino pela Anistia, do Comitê de Anistia de Minas Gerais. Senhora com tom de voz comedido e ideais libertários, Bizoca, sentada na cadeira ornada com almofadas pretas, encostada na parede vermelha que combina com a cor dos seus cabelos, por alguns segundos pode até passar a ideia de fragilidade, somente ideia. Hoje, o que faz com que ela levante voz e coloque o dedo em riste é a necessidade da resolução de assuntos como o esclarecimento circunstancial das torturas, mortes e desaparecimentos, passando pela nomeação, responsabilização e punição dos torturadores e assassinos dos presos políticos do período ditatorial. Também põe em pauta a abertura de todos os arquivos desse mesmo intervalo histórico para a solução definitiva da situação dos mortos e desaparecidos. Um dos pontos que defende com maior vigor é a desmilitarização do aparato repressivo. Para ela**,** atualmente, nenhum desses apontamentos possui algum tipo de resposta que seja suficiente para acalentar o sofrimento das vítimas que foram torturadas, mortas e desapareceram durante a ditadura militar.

“Da próxima vez vamos falar de orgasmo”

Moisés Augusto usa camisa preta, calça jeans escura e boina, também preta. A roupa parecida com a do entrevistador faz despontar seu bom humor. A descontração, no entanto, dura só até que comecem as primeiras perguntas. “Da próxima vez vamos falar de orgasmo, falar de tortura é melancólico”, sugere em tom de ironia.

Professor universitário pela PUC Minas, onde é diretor reeleito da Associação dos Docentes até 2015, doutorando em Ciências Sociais (UNESP) e ainda poeta e membro da Academia Cordisburguense de Letras Guimarães Rosa, Moisés Augusto prefere ser chamado de Catatau. No jardim do Palácio das Artes, ele tem sempre longas respostas e apontamentos diversos quando se trata do objeto que pesquisa há cerca de 20 anos: tema de seu doutorado, ele classifica a violência e tortura nas instâncias de segurança pública do Brasil como sistemática, generalizada e endêmica. Com argumentação sólida, ele é categórico quando

dispara a máxima “o maior problema da polícia é a própria polícia”. À medida que a entrevista se aprofunda na temática, Catatau acende cigarros.

A serviço da Justiça Militar

Major e chefe da Sala de Imprensa da Polícia Militar de Minas Gerais, Gilmar Luciano Santos é também professor universitário e juiz militar. À frente das bandeiras do Brasil, EUA e de Minas Gerais, no prédio do ICBEU, usando terno, por estar a serviço da Justiça Militar na ocasião, o policial de alta patente tem respostas compridas, sempre passando pelo contexto histórico dos fatos. Suas falas nunca são emotivas, permanecendo sempre no campo da constitucionalidade dos fatos narrados.

Durante a entrevista, Major Gilmar se mostrou paciente e deixou entrever o vício de misturar palavras da língua inglesa à sua fala. Conhecedor da história nacional e internacional, ele sempre recorria a esse panorama para chegar à sua resposta. O mesmo humor que deu tom a entrevista é também traço observado nos bastidores do Tribunal Militar: enquanto esperavam a presença do réu e seu advogado de defesa, atrasados alguns minutos, os presentes conversavam sobre o resultado das últimas eleições presidenciais. “Querem transformar o Brasil em uma nova Venezuela, tomara que não falte papel higiênico”, satirizou um deles.

Um golpe não só militar

O golpe militar aconteceu em primeiro de abril de 1964, há quem desejasse que isso fosse somente um brincadeira pelo 'dia da mentira', não foi. Com a tomada do poder do então presidente democraticamente eleito João Goulart, popularmente conhecido com Jango, instaurou-se o período ditatorial no país, que duraria 21 anos.

Para a militante de esquerda Bizoca, o golpe de Estado teve caráter classista. “Tudo foi construído, forjado pra fazer aquilo que muitos chamam de modernização conservadora do capitalismo. No leque de classe que forjou o golpe temos a burguesia, os latifundiários, os donos dos aparatos midiáticos, a igreja enquanto instituição”, declara, beirando a irritação. Esse é um dos raros pontos de vista em que há concordância entre Heloísa Greco e o sempre acadêmico Major Gilmar. “Foi apoiado por essa classe - de comerciantes, de industriais - insatisfeita com o governo de Jânio Quadros e com medo de João Goulart assumir o poder,

que os EUA financiou um golpe militar. No Rio de Janeiro, e em São Paulo, ainda houve a Marcha da Família com Deus", discorre. Embora chame o evento de golpe durante toda entrevista, o policial faz um parêntese: "por que que não foi golpe? Porque os militares não foram lá, a Classe A não foi lá e colocou uma arma na cabeça de Jânio Quadros e de João Goulart. Jânio Quadros renunciou, ele renuncia por pressão política", ameniza.

Heranças da Ditadura

Para falar sobre a origem da PM, Major Gilmar volta à história: "Do Brasil Colônia para o Brasil República pouco se evoluiu em termos de direito, de estrutura jurídica e a primeira forma de polícia que veio pra cá foi, em nove de junho de 1775, um destacamento de um regimento inteiro da infantaria portuguesa, a cavalaria portuguesa, que veio para as Minas Gerais, ainda uma Capitânia Hereditária", o que pode ser considerado a primeira Polícia Militar do Brasil. De lá pra cá, a organização fez vários progressos. Quando questionado se considera que exista alguma herança da ditadura militar na corporação policial, ele a nega. "Hoje eu te falo com muita tranquilidade que não há vínculo entre o uso de farda, de uniforme, ou de toga, de beca, de terno com violação, com ilegalidade, com abuso. A distorção é da pessoa e não da instituição. Como não há um vínculo entre o antigo sistema de exceção de 1964 com a atual instituição que foi criada em 1988 - então eu devo estudar as instituições a partir de 1988, o que passou de 1500 até 1988 fica para história".

Bizoca observa o horizonte que se construiu a partir de 1964. Para a militante, este foi um período importante na construção de um estado militar, que ainda não se dissolveu. "A primeira coisa que fizeram foi destruir sindicatos, movimento estudantil, movimento dos trabalhadores do campo, intervenção no sindicato. A partir daí foram criados os atos institucionais, a militarização da justiça. Todo aparato repressivo tinha como tarefa principal a eliminação dos inimigos internos. Tudo controlado e coordenado pelas forças armadas, a PM é um braço armado disso. Além disso tinham os organismos para os policias e para os militares como: o comando de caça ao comunismo, movimento anticomunista, grupo anticomunista o terrível esquadrão, da morte. Todos eles entraram organicamente nesse processo de repressão. A tortura era a característica principal, existiam mais de 200 centros de tortura no Brasil."

Ao falar da continuidade do terror de estado, Catatau nos faz um alerta para não cair no extremo de falar que nada mudou, que a ditadura continua. "Não é bem assim. Mas você

imagine que nós temos mudanças importantes, mas elas não mudam o essencial: a matriz de todas as violências continua, que é a concentração do poder econômico, que é a homofobia, o racismo, o machismo, que é a suspensão permanente do direito nas periferias. Infelizmente, uma parcela das subjetividades não mudou. “Ai que saudade da ditadura”, quando ouço isso penso “quanta ignorância” pra não pensar “quanta perversidade e maledicência, quanto crime nessa cabeça”.”. Para o professor, muita coisa mudou, mas o essencial ainda não.

O terror continuado

Nos trezentos tons de tortura descritos por Bizoca na sua sala vermelha, temos exemplos que no mínimo causam arrepios, como: pau-de-arara, afogamento, choque elétrico nos genitais, cadeira-do-dragão*. Com os olhos baixos ela conclui que essa violência constitucional militar é histórica. “O estado burguês nunca mais abriu mão dos instrumentos de violência”, garante. Para muito além da truculência escancarada da polícia com os manifestantes das Jornadas de Junho de 2013, Bizoca, com o dedo em riste, afirma amargamente: “a PM do Brasil é a mais violenta do mundo, é a policia que mais mata e trucida no planeta”.

“Enquanto órgão democrático, nenhum dos manuais da PM prega violência, ao contrário, tem toda uma técnica para que todas as vezes que o profissional da segurança pública desvia daquilo que está escrito, ele comete uma transgressão disciplinar e um crime”. Baseado nessa máxima, o major Gilmar julga e penaliza seus colegas. Embora não negue que existam irregularidades, ele acredita tratar-se de desvios de conduta isolados. “Eu posso dizer que o sistema presidencialista é ruim porque temos um presidente que pactua com a corrupção? Não, o sistema é excelente. Eu vou acabar com o Congresso porque um deputado desviou verba? Não. Eu vou acabar com o Judiciário porque o juiz Nicolau desviou dinheiro? Não! O sistema brasileiro é quase perfeito enquanto ideologia, o que faz o sistema funcionar são as pessoas, então não é a farda que causa o distúrbio, é aquele que estava embaixo da farda que não estava à altura dela”, ilustra. É interessante notar o tom sempre professoral do Major e o olhar fixo direcionado para a câmera posicionada em sua frente.

Diferente da proposição do major, que acredita que a instituição deve ser estudada a partir de 1988, o professor Moisés Augusto acredita que é preciso voltar ao passado para desconstruir um dos alicerces da continuidade do terror e para isso é preciso, por exemplo, rever a lei número 6.683, de 28 de agosto de 1979. “A Lei da Anistia foi uma ferramenta de

construção da impunidade, afinal, como é que se anistia quem nem mesmo foi julgado. É uma excrescência. Esse link da impunidade dos torturadores estimula a permanência da violação hoje porque assegura a ideia da impunidade. A violência policial, em larga medida, viceja nas sombras, por isso o papel que vocês desempenham hoje e o papel da Comissão da Verdade são muito importantes, mas não podemos esquecer outro ponto que é o monopólio da grande mídia, que também sustenta essa impunidade", critica.

Já no terceiro cigarro, Catatau constrói algumas reflexões. Com o cerne franzido ele discorre sobre a necessidade de desfazer alguns mitos. "O primeiro é pensar que a tortura é episódica e transitória, não, ela é permanente. É uma prática que acontece todos os dias em vários lugares do país; o segundo é pensar que ela é eficaz no combate ao crime, esse é outro mito. Pergunto: se ela é endêmica, generalizada e sistemática, por que os índices de criminalidade só aumentam?", provoco. Além de desconstruí-los, Catatau aconselha, entre os tragos no cigarro de filtro vermelho, que algumas armadilhas sejam desfeitas. "Existem duas armadilhas ao tratar essa questão. A primeira grande armadilha é o discurso das maçãs podres, é achar que trata-se de problemas de indivíduos pervertidos e, portanto, você pensar que punir os indivíduos resolve essa questão. Isso é uma armadilha. A prática da tortura é sistêmica: tem quem tortura lá na ponta; quem é o cúmplice, quem está ao lado quem não tortura, mas acompanha e legitima; tem o superior que sabe, mas não pune; e tem toda uma hierarquia que no discurso oficial diz ser contra, mas aceita e legitima na base. Então, a violência é estrutural e sistêmica. Agora pense, há uma cumplicidade nesse terror que é também nossa: é o nosso silêncio que sustenta esse tipo de coisa.", finaliza o raciocínio. Xeque-mate!

- Era um tipo de cadeira elétrica, com assento, apoio de braços e espaldar de metal onde um indivíduo era colocado e amarrado aos pulsos por cintas de couro. Eram amarrados fios em suas orelhas, língua, em seus órgãos genitais (enfiado na uretra), dedos dos pés e seios (no caso de mulheres). As pernas eram afastadas para trás por uma travessa de madeira que fazia com que a cada espasmo causado pelo choque elétrico sua perna batesse violentamente contra a travessa de madeira causando ferimentos profundos.